



41

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004083-26.2014.8.17.0000 (0333322-8)
COMARCA: RECIFE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: RENATA ALVES DA SILVA e GUSTAVO GUARANÁ MAIA
PACIENTE: MATEUS DIAS DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA. GRAVIDADE DO *MODUS OPERANDI*. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Justifica-se a custódia cautelar como forma de garantir a ordem pública, diante da gravidade das circunstâncias do crime e de seu *modus operandi* – roubo, mediante emprego de arma de fogo, em plena manhã de quinta-feira, na orla da Praia de Boa Viagem, local de grande circulação de pessoas. Tais elementos demonstram a ousadia do Paciente e a confiança na impunidade, bem como indicam a sua periculosidade para o meio social, tornando-se, assim, imperiosa a preservação da prisão preventiva, a fim de garantir a ordem pública, tal como decidido pela autoridade dita coatora.

II – Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar quando presentes os



42

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos (Súmula 86 deste Tribunal de Justiça).

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0004083-26.2014.8.17.0000 (0333322-8)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



43

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004083-26.2014.8.17.0000 (0333322-8)
COMARCA: RECIFE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: RENATA ALVES DA SILVA e GUSTAVO GUARANÁ MAIA
PACIENTE: MATEUS DIAS DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

RELATÓRIO

Renata Alves da Silva e Gustavo Guaraná Maia, advogados que assinam a inicial, impetram o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Mateus Dias da Silva**, qualificado à fl. 02 dos autos, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Capital, no âmbito do Proc. nº 0019373-78.2014.8.17.0001.

Consta da inicial que o Paciente foi preso em flagrante no dia 20/03/2014, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal (roubo majorado pelo emprego de arma), tendo sido sua prisão posteriormente convertida em preventiva.

Alegam os Impetrantes que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelo seguintes motivos: a) não estão presentes os requisitos da prisão preventiva, fazendo ele jus à liberdade provisória; b) a decisão que indeferiu pedido de liberdade provisória carece de fundamentação adequada; e c) o Paciente possui condições pessoais



44

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão regular, como cabeleireiro.

A exordial não veio instruída com quaisquer documentos.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 15/16**.

A autoridade dita coatora prestou informações à **fl. 19**, acompanhadas dos documentos de **fls. 20/26**.

A Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Convocado José Correia de Araújo**, apresentou parecer às **fls. 34/35**, opinando pela denegação da ordem.

À **fl. 38**, os Impetrantes apresentaram pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar pleiteada, o qual deixo de apreciar em razão de ora estar submetendo o presente *habeas corpus* a julgamento definitivo por este Colegiado.

É o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



45

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004083-26.2014.8.17.0000 (0333322-8)
COMARCA: RECIFE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTES: RENATA ALVES DA SILVA e GUSTAVO GUARANÁ MAIA
PACIENTE: MATEUS DIAS DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

VOTO

Extraí-se dos autos, notadamente das informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, que o Paciente foi denunciado pelo seguinte fato (fls. 20/23): no dia 20/03/2014, por volta das 06h30m, numa via pública, na Av. Boa Viagem, em frente ao Praia Hotel, bairro de Boa Viagem, nesta cidade, mediante grave ameaça consubstanciada no uso de arma de fogo, subtraiu um celular de marca "LG", modelo E612F da vítima Paula Proença Prates. Segundo a denúncia, a vítima saiu do hotel em que estava hospedada para caminhar no calçadão da orla, quando o Paciente surgiu de repente, com uma mochila na sua frente, pedindo que ela passasse o celular. Ato contínuo, a ofendida se afastou, mas o Paciente colocou a mão dentro da mochila e mostrou a arma, dizendo "passa o celular, senão eu faço uma besteira!", ao que a vítima obedeceu e retornou ao hotel.

O Paciente foi preso em flagrante naquela data e, em 04/04/2014, a autoridade apontada como coatora converteu tal prisão em preventiva, afirmando o seguinte (fls. 24/25):



46

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

"Cuido que estão presentes os requisitos do decreto de prisão processual.

Vê-se que o fato imputado é marcado por extrema ousadia e destemor do envolvido, vez que em plena Avenida Boa Viagem, em horário bastante movimentado, abordou a vítima, usando arma de fogo, utilizando-se de meio bastante violento. (...)

Por tais fundamentos, indefiro o pedido de liberdade provisória ora formulado e converto a prisão em flagrante do autuado MATEUS DIAS DA SILVA, qualificado nestes autos, em preventiva, por se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão."

Analisando-se a referida decisão, percebe-se que o juiz singular apresentou fundamentos suficientes para manter a custódia cautelar do Paciente, sobretudo para fins de garantia da ordem pública.

Com efeito, destaca-se, no presente caso, a gravidade das circunstâncias do crime e de seu *modus operandi* – roubo, mediante emprego de arma de fogo, em plena manhã de quinta-feira, na orla da Praia de Boa Viagem, local de grande circulação de pessoas.

Tais elementos, vale ressaltar, demonstram a ousadia do Paciente e a confiança na impunidade, bem como indicam a sua periculosidade para o meio social, tornando-se, assim, imperiosa a preservação da prisão preventiva, a fim de garantir a ordem pública, insuficientes que seriam medidas cautelares alternativas para prevenir a prática de novos crimes, tal como decidido pela autoridade dita coatora.

Nesse diapasão, verifique-se o seguinte julgado do STJ:



47

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

"*HABEAS CORPUS*. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO FATO CRIMINOSO. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. RISCO À ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. 1. Como é sabido, a custódia cautelar, da qual a preventiva é uma das espécies, é medida de exceção em razão do princípio constitucional da presunção de inocência, só podendo ser decretada ou mantida em situações excepcionais, quando houver imperiosa necessidade, se atendidos, é claro, os requisitos legais estabelecidos no art. 312 do Código de Processo Penal. 2. No caso, a periculosidade dos agentes, revelada pelas circunstâncias em que o crime de roubo à mão armada foi cometido, contra três vítimas, autoriza a prisão cautelar, de modo a se resguardar a ordem pública. (...) 4. *Habeas corpus* denegado."¹

Por fim, segundo o entendimento consolidado na Súmula 86 deste Tribunal de Justiça², as condições pessoais favoráveis alegadas pelos Impetrantes não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos.

Diante do exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator

¹ HC 118085/DF, rel. Min. Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 09/03/2009.

² **Súmula 86.** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.